

Sarney diz que já é hora de acabar com o arbítrio

Da sucursal de
BRASÍLIA

"Devemos superar as leis de exceção. O País já está em condições de prescindir de leis de cunho nitidamente transitório, como os atos institucionais" afirma o vice-líder do governo, senador José Sarney (ARENA). Ele preconiza a votação de "um ato adicional à Constituição de 1967, referendando a Emenda Constitucional nº 1, com as modificações necessárias, escoimando-a dos cacoeiros que a marcam, de ressentimento contra o Congresso e as instituições e criando o estado de emergência".

Em entrevista ao "Estado", o parlamentar maranhense, aborda ainda a impressão da sociedade a favor da democratização. Creditando-a à distensão iniciada pelo presidente Geisel, explica o seu conceito de democracia relativa e assegura que "a história há de fazer justiça ao chefe do governo, como uma das mais firmes personalidades de democrata que já passaram pelo governo de nosso País".

Para José Sarney "é fácil saber o que se deseja atingir com o 'diálogo' mantido pelo presidente do Senado, Petrólio Portella:

"Um grande país como o Brasil deve ter um pacto Constitucional básico que represente o compromisso de toda a nação com um projeto político, a Constituição e só a Constituição e, dentro dela, as idéias que representam os objetivos democráticos da Revolução".

Em seu otimismo, não o perturbam, sequer, as declarações feitas pelo presidente Geisel, no Uruguai, quanto à necessidade de ter um sucessor militar:

"Ele não disse que não podemos ter um presidente civil e, sim, que é inconveniente, no momento, um civil na Presidência. Realmente, estamos saindo de um processo revolucionário que sempre tem uma sobrecarga de abalos institucionais. A estrutura do poder civil, que é a Presidência, pode exigir em certos momentos históricos, o recrutamento de homens em determi-

nados segmentos da sociedade, em benefício da própria nação. Assim, o que quis afirmar o presidente da República é que a presença de um militar no governo faz parte do interesse nacional pelos problemas que vamos enfrentar com a abertura. Assim, não é uma exigência militar, mas uma necessidade do País. E esse fato não afetará o desenvolvimento político democrático. Temos civis no governo que são a expressão do poder militar e o Uruguai bem sabe disso. Aparício Mendez é civil. E temos militares que, no poder, governam como civis, como o presidente Geisel".

CONTRA A CONSTITUINTE

Sarney não admite, porém, a tese da Constituinte, preconizada pelo MDB para "a superação das leis de exceção" que está pregando:

"O Congresso tem poderes constituintes. Permanentemente. A convocação de uma Constituinte significaria o reconhecimento da existência de uma rutura total das instituições, o que não é o caso. Estamos na fase de aperfeiçoamento das leis, de fazer funcionar os mecanismos de controle dos poderes e de criar instituições políticas fortes, capazes de viabilizar o processo democrático, sem os erros do passado".

PRESSÃO SOCIAL

Na visão do parlamentar arenista "duas coisas, hoje, estão bem nítidas: a incorporação de todos com o desnivelamento entre o desenvolvimento econômico-social e o desenvolvimento político e a necessidade imediata do País de construir um projeto político coerente com suas aspirações democráticas e à altura de suas responsabilidades mundiais no Ocidente".

Sarney não aceita que esta posição decorra apenas da pressão da sociedade brasileira pela abertura. Para ele "a própria pressão da sociedade foi fruto da distensão iniciada no governo Geisel. Esta pressão não seria visível, se não existisse liberdade de imprensa, se não existisse um Parlamento funcio-

narido com um debate político tão vivo e enérgico. Como o tivemos nos últimos anos. A vocação democrática da Revolução, seus objetivos liberais. Sua filosofia de uma sociedade aberta e competitiva não levariam a outro caminho, senão o da liberdade. Como diz Wilson, só a convocação limita o poder."

Em seu entusiasmo com as promessas de abertura, o senador maranhense assim vê o conceito de democracia relativa:

"Quando o presidente Geisel fala em democracia relativa, deseja dizer que a democracia social é uma utopia. Ela simplesmente não existe, é uma peça de tratado de filosofia política. A democracia, como um fenômeno político vivo, tem de alimentar-se da realidade. Esta realidade está condicionada ao tempo, à geografia, à história, à sociedade, enfim, à democracia, sistema de governo do povo para o povo, não pode ser apenas a democracia das liberdades subjetivas. Como lembra Chardin, para pensar, é preciso comer. Quando o presidente Geisel falou de democracia relativa, não se referiu à relatividade dos valores democráticos, mas à realização imperfeita desses mesmos valores. E essa verdade não pode ser negada por ninguém".

O ESTADO DE EMERGÊNCIA

Eis a fórmula proposta por José Sarney para a incorporação de mecanismos legais de defesa da sociedade:

"Poderíamos votar um ato adicional à Constituição de 1967, referendando a Emenda nº 1, com as modificações necessárias, escoimando-a dos cacoeiros que a marcam de ressentimentos contra o Congresso e as instituições, corrigindo-a e adaptando-a aos interesses atuais da nação, criando e definindo o estado de emergência, dotando o governo de poderes necessários para enfrentar a violência política, que é a maior inimiga da democracia e munindo a Presidência de poderes arbitrais na ocorrência de crises".

ARTIGO 16

"Não pode ser esquecido". Ele lembra, "nesta hora a experiência constitucional francesa do artigo 16. Não seria o caso de uma cópia, mas de recebê-lo como subsídio válido e já provado. Outro subsídio importante é a lei antiterrorismo votada, há pouco tempo na Inglaterra. Enfim, temos de dotar a democracia de poderes de auto-defesa. Depois, o presidente da República pode revogar todos os atos institucionais e comple-

mentares, pois para isto tem poderes, conforme está expresso na Constituição".

PACOTE DE ABRIL

O vice-líder do governo no Senado alimenta a convicção de que, durante a votação das reformas, "seriam examinadas todas as emendas à Constituição, da 1ª à 7ª. E seriam consolidados os textos que fossem aceitos pelo Congresso. A matéria das reformas de abril, acredito, que não temos clima para superá-las nas eleições de 1978. Mas, acho que, em termos de futuro, voltaremos ao regime das eleições diretas para os governos estaduais e extinção da eleição indireta para o Senado Federal".

PERFIL DE GEISEL

O senador José Sarney assim define a participação de Geisel no processo político:

"O presidente Geisel cumpriu duas grandes tarefas: uma, de natureza constitucional e revolucionária, exercendo os seus poderes e assumindo as responsabilidades de comando. E, outra, de natureza pessoal, com sua autoridade incontestável, sua firmeza de princípios, qualidades que inspiraram confiança à Nação e apoio às suas diretrizes".

Por isto, ele acha que "a história há de fazer justiça ao presidente Geisel. Como uma das mais firmes personalidades de democrata que já passaram pelo governo de nosso País. Ele assumiu todas as responsabilidades e correu todos os riscos para atingir o objetivo de salvar-nos da ditadura. O seu projeto de distensão gradual e firme teve grandes obstáculos que foram desde a errônea utilização, pelo MDB, da vitória de 1974. Até a crise mundial que atingiu em cheio nossa economia, obrigando o País a mobilizar todas as suas forças no controle da economia, ameaçada pela guerra do petróleo e a crise mundial. Os resultados estão chegando com o superávit de nossa balança comercial. O crescimento das reservas, o controle da inflação com uma acentuada tendência de declínio, a diminuição do percentual da dívida em relação ao produto interno, conquistas estas no campo econômico. No campo político, a revogação da violência, a liberdade de imprensa, o grande debate parlamentar, a valorização da atividade partidária e uma definição clara e enérgica de que a democracia era o fim a atingir e que para ela devíamos caminhar irreversivelmente".

O FUTURO

Concluindo, prevê o vice-líder do governo no Senado, José Sarney:

"Este ano, a Nação enfrentará o desafio das eleições e das re-